



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Como o Governo, ao longo destes anos, não coordenou nem definiu um planeamento global do património público, e o andamento da construção dos respectivos projectos tem sido lento, devido a inúmeras razões, os serviços públicos têm-se debatido sempre com falta de gabinetes, instalações de atendimento ao público e espaços de armazém. Todos os anos o Governo despende avultados montantes do erário público no arrendamento de imóveis, e como as rendas têm registado aumentos constantes nos últimos anos, em 2016, as despesas totais do Governo com o arrendamento atingiram 880 milhões, e entre 2004 e 2014, as despesas com o arrendamento e com as obras de remodelação totalizaram 5 mil milhões. Estas despesas indispensáveis sobrecarregam as finanças públicas, situação que suscitou elevada atenção da sociedade.

Em Agosto de 2016, o Comissariado de Auditoria divulgou um relatório, no qual aponta que a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes tem manifestado pouco empenho quer no planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos, quer nas respectivas construções, quer ainda no planeamento da zona destinada aos órgãos políticos e judiciais nos Novos Aterros Urbanos. O facto de o Governo arrendar inúmeros imóveis privados para a instalação de serviços públicos aumentou significativamente os encargos do erário público, e mais, como alguns serviços públicos têm falta de instalações fixas, ficam sempre em desvantagem na negociação com os proprietários sobre a renovação dos contratos. Quando são obrigados a mudar, têm de suportar, inevitavelmente,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

avultadas despesas extra, perdem muito tempo e desperdiçam muitos recursos humanos no tratamento de assuntos relacionados com as obras de remodelação e com o transporte dos equipamentos respectivos, isto aumenta a pressão do trabalho e em nada favorece o desenvolvimento a longo prazo dos serviços públicos.

Veja-se o exemplo da Taipa: a população aumentou consideravelmente nos últimos anos, mas como falta um centro de serviços, os residentes são obrigados a deslocar-se até Macau para o tratamento de diversas formalidades, o que constitui um desperdício de tempo. O plano de construção de um centro de serviços da RAEM na Taipa já está a ser discutido há anos, no entanto, as autoridades ainda não divulgaram qualquer proposta concreta nem informações sobre a sua localização.

O referido relatório de auditoria já revela a essência do problema do Governo, isto é, a falta de instalações permanentes para os serviços públicos, o relatório já foi divulgado há cerca de dois anos mas, lamentavelmente, ainda não se viu da parte do Governo qualquer planeamento adequado e de longo prazo. Os serviços competentes devem acompanhar o andamento dos projectos em curso e reforçar a respectiva fiscalização, com vista a garantir que sejam concluídos no prazo previsto e de forma ordenada; devem ainda planear bem o aproveitamento de terrenos a longo prazo para os edifícios administrativos e os espaços de armazém, no sentido de reduzir os encargos das finanças públicas.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No ano passado, o Governo afirmou que já tinha iniciado a construção do centro de serviços da RAEM na Taipa, com vista a responder às necessidades dos residentes das ilhas. Para além disso, o Governo planeia



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

construir o Edifício Multifuncional do Governo no lote 01 do Pac On, na Taipa, cujas obras foram iniciadas nos finais de 2016, e cuja conclusão está prevista para Maio deste ano, proporcionando, assim, um espaço de armazém de cerca de 25 000 m<sup>2</sup>. Qual é o ponto de situação do planeamento e da construção destes dois projectos? Quando é que as referidas instalações podem entrar em funcionamento?

2. Segundo o relatório das LAG para 2018, os projectos que vão ser construídos neste ano incluem a construção de um edifício para os serviços públicos no lote 6K, nos NAPE. As autoridades vão divulgar mais informações sobre isto? Quantos serviços públicos vão ter as suas necessidades satisfeitas após a conclusão deste edifício?

3. No que respeita à falta de instalações para os diversos serviços públicos, o Governo deve dispor de um planeamento prospectivo e global. A zona B dos novos aterros e as zonas C e D do Lago Nam Van têm implicações com as necessidades de instalações dos serviços públicos nos próximos 10 a 20 anos, portanto, o Governo deve divulgar os respectivos pormenores, para que a população possa participar na sua discussão. Vai fazê-lo?

18 de Maio de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Leong Sun lok**